



EEC PROVERE

TURISMO PARA TODOS

AVISO N.º NORTE – 28 – 2017 – 41

REPROGRAMAÇÃO OUTUBRO 2021



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Objetivo da reprogramação da EC PROVERE Turismo para Todos	1
1. PERTINÊNCIA DO FOCO TEMÁTICO E DO TERRITÓRIO-ALVO	2
1.1 Foco temático	2
1.2 Território-alvo	2
1.3 Diagnóstico do território-alvo sustentador do foco temático selecionado.....	3
1.4 Pertinência do foco temático selecionado no atual contexto económico, social, territorial e institucional do território-alvo.....	6
2. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	11
2.1 Definição da visão e objetivos estratégicos, tendo em consideração o foco temático selecionado para o território-alvo	11
2.2 Identificação dos objetivos operacionais, resultados, metas e temas prioritários	13
2.3 Contributo da EEC para os indicadores de realização e resultado do PO NORTE 2020	16
3. PROGRAMA DE AÇÃO	16
3.1 Identificação e caracterização dos projetos-âncora do Programa de Ação e respetiva programação de execução física, financeira e temporal	16
3.2 Identificação e caracterização dos projetos complementares do Programa de Ação e respetiva programação de execução física, financeira e temporal	24
3.3 Conformidade da execução dos projetos, individual e coletivamente, com os objetivos definidos e os resultados esperados da EEC PROVERE	26
4. NOTA CONCLUSIVA	28

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Território-alvo: divisões administrativas, baixa densidade e alta densidade	3
Tabela 2. Território-alvo, área e população.....	7
Tabela 3. Demografia e recursos humanos no território-alvo.....	7
Tabela 4. Comparação da importância da indústria e do setor primário, no território-alvo	8
Tabela 5. Comparação da oferta de TER e dormidas, no território-alvo.....	9
Tabela 6. Temas prioritários, objetivos operacionais, indicadores de resultado e metas	14
Tabela 7. Reprogramação dos Projetos Âncora Face à 1ª Reprogramação	17
Tabela 8. Distribuição geográfica dos Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos”	24
Tabela 9. Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos” por tema prioritário.....	26

INTRODUÇÃO

OBJETIVO DA REPROGRAMAÇÃO DA EC PROVERE TURISMO PARA TODOS

O presente documento corporiza a terceira reprogramação da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE **“TURISMO PARA TODOS”** e respetivo Programa de Ação (PA), promovida nas NUTS III Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto, abrangendo, no caso do Tâmega e Sousa, todos os municípios e, no caso da Área Metropolitana do Porto, os municípios de Arouca e Vale de Cambra. A presente Estratégia foi formalmente reconhecida a 8 de outubro de 2018.

A reprogramação decorre, por um lado, do Exercício de Otimização da Execução à Escala Intermunicipal e Setorial (“Soma Nula”), realizado no âmbito da reprogramação do Norte 2020, que resultou, em larga medida, da transferência de parte da dotação do PDCT do Tâmega e Sousa para a PI 8.9 (PROVERE), reforçando o apoio FEDER a 4 projetos âncora. Adicionalmente resulta da realocação de verbas já previstas no Programa de Ação, ao projeto relativo à Gestão do Consórcio. Finalmente esta reprogramação incide ainda nos projetos complementares, consubstanciada na alteração de 3 projetos já contemplados no programa de ação e na integração de 7 novos projetos, muito centrada em pretensões de potenciais beneficiários aos Avisos “Inovação Produtiva” N.º 12/SI/2021 e N.º 12/SI/2021 que decorreram até 08/10/2021 e 20/09/2021, respetivamente.

Atendendo ao facto de as alterações descritas se enquadrarem cabalmente na presente Estratégia de Eficiência Coletiva, não se considerou relevante alterar, nem os objetivos estratégicos, nem as áreas temáticas e seus indicadores de realização.

1. PERTINÊNCIA DO FOCO TEMÁTICO E DO TERRITÓRIO-ALVO

1.1 FOCO TEMÁTICO

O foco temático que está na base da formulação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE “**TURISMO PARA TODOS**” e do respetivo Programa de Ação é o TURISMO, destacando-se como produto-âncora o Turismo de Natureza, e como produtos complementares o Turismo Cultural, o Turismo Gastronómico, o Enoturismo, e o Turismo de Saúde e Bem-Estar.

As atividades económicas que permitirão alavancar a economia e transformar os recursos endógenos em bens e serviços transacionáveis são, portanto, todas aquelas que integram a cadeia de valor do setor turístico, ou seja, as atividades que integram a cadeia principal e que são consideradas atividades características do turismo, e as que integram a referida cadeia a montante e a jusante.

1.2 TERRITÓRIO-ALVO

O território-alvo da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE “**TURISMO PARA TODOS**” circunscreve-se, inteiramente na NUT II Norte, e abrange treze municípios pertencentes a duas NUTS III: Tâmega e Sousa e Área Metropolitana do Porto. Da NUT III Tâmega e Sousa, integram a presente EEC, todos os municípios (11), e da NUT III Área Metropolitana do Porto, os municípios de Arouca e Vale de Cambra.

Na sua globalidade o território-alvo tem uma população residente de quase meio milhão de pessoas, distribuída por 200 freguesias e 2.307,96 km² de área geográfica.

Para efeitos da presente Estratégia são considerados prioritários e alvo dos principais investimentos âncora, os municípios e freguesias de baixa densidade pertencentes a ambas as NUTS III, identificados na Tabela 1, abaixo. O território considerado de baixa densidade, ao abrigo da Deliberação nº 55/2015 de CIC, corresponde a 84 freguesias (42% do total de freguesias do território), com 1.318,89km² (57% da área total) e 109.493 habitantes (23% da população residente total). (ver Tabela 1, abaixo)

Tabela 1. Território-alvo: divisões administrativas, baixa densidade e alta densidade

SUB-REGIÃO (NUT III) (A)	DISTRITO	CONCELHO	FREGUESIAS DE BAIXA DENSIDADE (B)	RESTANTES FREGUESIAS	
Tâmega e Sousa	Aveiro	Castelo de Paiva	Real (1)	Fornos, S. Martinho de Sardoura, Sardoura, UF de Paiva, Pedorido e Paraíso e UF de Sobrado e Bairros (5)	
	Braga	Celorico de Basto	Todas (15)		
	Porto	Amarante		Ansiães, Candemil, Gouveia (S. Simão), Jazente, Rebordelo, Salvador do Monte, UF de Aboadela, Sanche e Várzea, UF de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, UF de Olo e Canadelo Vila Chã do Marão (10)	Fregim, Fridão, Gondar, Lomba, Louredo, Lufrei, Mancelos, Padronelo, Telões, Travanca, Vila Caiz, Vila Meã, UF de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão, Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Freixo de Cima e Baixo e UF de Vila Garcia, Aboim e Chapa (16)
			Baião	Todas (14)	
		Felgueiras		Todas (20)	
		Lousada		Todas (15)	
		Marco de Canaveses		UF de Várzea, Aliviada e Folhada (1)	UF de Banho e Carvalhosa, Constance, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Vila Boa do Bispo, UF de A vessadas e Rosém, Bem Viver, Marco, UF de Paredes de Viadores e Manhuncelos, UF de Penhalonga e Paços de Gaiolo, UF de Sande e São Lourenço do Douro, UF de Santo Isidoro e Livração, UF de Vila Boa de Quires e Maureles (15)
			Paços de Ferreira		Todas (12)
			Penafiel		Todas (28)
	Viseu	Cinfães		Todas (14)	
		Resende		Todas (11)	
	Área Metropolitana do Porto	Aveiro	Arouca	Todas (16)	
			Vale de Cambra	Arões e Junqueira (2)	Rôge, Cepelos, Macieira de Cambra, S. Pedro de Castelões e UF de Vilã Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (5)

(A) Em vigor desde 01.01.2015

(B) Deliberação n. 955/2015 da CIC

1.3 DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO-ALVO SUSTENTADOR DO FOCO TEMÁTICO SELECIONADO

É pertinente relembrar, neste exercício de reprogramação, que a escolha do TURISMO como foco temático para a candidatura fundamentou-se em considerações relacionadas com:

- ✓ (i) a análise e o diagnóstico do território-alvo, resumidamente refletido neste documento;
- ✓ (ii) os recursos regionais, particularmente os endógenos dos territórios de baixa densidade, identificados como estratégicos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

- (PEDI) do Tâmega e Sousa e pelo subsequente Plano de Marketing Territorial, e a sua compatibilidade com a RIS3 da Região Norte;
- ✓ (iii) o diagnóstico realizado no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) AMP 2020;
 - ✓ (iv) o diagnóstico elaborado no âmbito da Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) das Montanhas Mágicas, que abrange os municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães e Vale de Cambra, pertencentes ao território-alvo, bem como o Plano de Marketing Territorial e Turístico que compreende os mesmos municípios;
 - ✓ (v) a importância de promover o desenvolvimento harmonioso do território-alvo como um todo e o reforço da sua identidade territorial.

Do **diagnóstico efetuado no âmbito do PEDI do Tâmega e Sousa (2014)** destacam-se as seguintes 3 das 6 **forças** identificadas para este território, todas apontando para um claro potencial de desenvolvimento de um turismo, alavancado nos recursos endógenos: (i) boas acessibilidades, (ii) riqueza e diversidade patrimonial aos níveis histórico, cultural e natural, incluindo uma oferta gastronómica e vinícola de valor suscetível de valorização turística, e (iii) potencial económico de outros recursos endógenos suscetíveis de valorização no âmbito da agroindústria, turismo e energia. As restantes forças identificadas referentes ao crescente dinamismo no território da agricultura de carácter mais empresarial, por um lado, e de *clusters* agroindustriais, podem ser vistas como subsidiárias de uma focagem estratégica no turismo baseado em recursos endógenos, pelo suporte que poderão proporcionar a uma oferta gastronómica culturalmente inimitável.

A relevância das forças referidas para o território como um todo para uma focagem estratégica no turismo, é reforçada pelas **oportunidades** identificadas nesse diagnóstico, nomeadamente, (i) as atuais tendências da procura turística privilegiando experiências, a autenticidade e a qualidade ambiental, (ii) o potencial de aproveitamento das comunidades de emigrantes portugueses no mundo, com procura nos mercados da saúde e da cultura identitária, e (iii) a disponibilidade de fundos estruturais para a alavancagem de investimento. Também uma das **fraquezas** identificadas, a presente fraca articulação da oferta turística dentro do território-alvo, aponta para a mesma orientação.

As conclusões do PEDI são consistentes com as do **Plano de Marketing Territorial do Tâmega e Sousa (2015)** que aponta como principais pontos de oferta regional o seu património histórico, cultural e natural único, a excelente acessibilidade proporcionada pela proximidade ao Grande Porto, e as potencialidades agrícolas e florestais, entre as quais se destaca o Vinho Verde.

Ainda a nível sub-regional e no que se refere à **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020 (EIDT-2014)**, o “Diagnóstico para o Crescimento Sustentável”, destaca a existência de “espaços de grande interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade reconhecidos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)”, a qual se traduz numa **força** no contexto do desenvolvimento do turismo de natureza, bem como a existência de “uma mancha florestal e agroflorestal ... suscetível de aproveitamento plurifuncional, nomeadamente associando-a a

diversos tipos de turismo e a atividades de valorização identitária, como são as dedicadas à visibilidade do património cultural, gastronómico, etc”. Como **oportunidades** para a valorização dos recursos endógenos através do turismo, a EIDT sublinha a “relevância conferida pela UE às políticas de valorização de recursos endógenos e de competências específicas das regiões”, e “o maior interesse internacional pelo património paisagístico, natura e cultural”, o qual “gera oportunidades para o desenvolvimento na AMP de um leque diversificado de atividades ligadas ao turismo, lazer e recreio.”

Também a uma escala supramunicipal, embora não coincidente com as sub-regiões NUTSIII, a Carta Europeia de Turismo Sustentável das Montanhas Mágicas, pela qual se encontram abrangidos os municípios de Arouca, Cinfães, Castelo de Paiva e Vale de Cambra (na região Norte), identifica um conjunto alargado de **forças** capazes de alavancar o turismo nestes municípios, com base nos seus recursos endógenos, entre as quais se destacam as seguintes: (i) boas acessibilidades e localização estratégica no quadrilátero compreendido entre as cidades do Porto, Aveiro, Viseu e Vila Real; (ii) acesso ao território através da rede de autoestradas (A25, A24, A4 e A1); (iii) acessibilidade fluvial de grande interesse turístico – Rio Douro; (iv) existência de 3 Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 (Serra de Montemuro, Rio Paiva, Serra da Freita e Arada); (v) existência de um Geoparque, integrante da Rede Europeia e Global de Geoparques da UNESCO; (vi) presença do rio Paiva, atualmente considerado o melhor rio para a prática de desportos de águas bravas em Portugal; (viii) notável conjunto de aldeias tradicionais; (ix) diversidade de artesanato; (x) existência de uma grande variedade de produtos agroalimentares tradicionais com proteção europeia (DOP, IGP, IPR); (xi) oferta gastronómica diversificada e de qualidade; (xii) existência de um tecido empresarial a operar no setor do turismo cada vez mais empenhado no trabalho em conjunto.

Como **oportunidades** a CETS destaca (i) a proximidade ao aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro (cerca de 1h de distância) que recebe anualmente 6 milhões de entradas, colocando o território a uma média de 3 horas de distância das principais capitais europeias; (ii) mercado de proximidade de, aproximadamente, 5 milhões de habitantes, rapidamente acessível por via terrestre; (iii) proximidade ao Porto de Leixões (cerca de 1h de distância), maior infraestrutura portuária do Norte de Portugal e uma das mais importantes do País, na rota dos cruzeiros internacionais; (iv) crescimento do interesse e procura pelos destinos de turismo de natureza; (v) território com condições de grande interesse do ponto de vista ambiental, geológico e turístico; (vi) crescente interesse da sociedade pela preservação e conservação da natureza; (vii) existência de património histórico com potencial para o seu aproveitamento como empreendimento de Turismo em Espaço Rural.

Também o **Plano de Marketing Territorial e Turístico**, que abarca os mesmos municípios, sublinha que a localização é uma vantagem fundamental deste território colocando-o como a zona de montanha mais acessível ao Grande Porto, destacando, igualmente, a existência de um mercado de proximidade, com mais de 5 milhões de pessoas (desde Vila Real até ao Litoral e desde Aveiro até Viseu), e ao que acresce ainda, numa segunda coroa, o mercado espanhol do interior, a Galiza e

Lisboa. O mesmo documento refere que o património natural e cultural é o recurso que mais valoriza o território como destino turístico a par do termalismo, da gastronomia e dos eventos. O sucesso do Geoparque e o impacto na economia local são a melhor demonstração de resultados. Destaca, ainda, que os Sítios da Rede Natura 2000, apesar de maioritariamente desconhecidos no dia-a-dia dos empresários, podem ser um importante atrativo para o destino, no contexto do Turismo de Natureza.

Atendendo à sua dotação de recursos, é indiscutível que, entre os domínios de especialização propostos na RIS3 da Região Norte, seja no do “capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo”, eventualmente a par dos “sistemas agroambientais e alimentação”, que os territórios de baixa densidade do território-alvo deste PROVERE estão melhor posicionados para afirmarem a sua competitividade territorial. De facto, estes territórios estão bem dotados para contribuírem para os quatro eixos de afirmação turística que a RIS3 propõe para a Região Norte:

- Destino de excelência e autenticidade histórico-cultural;
- Destino enoturístico;
- Destino de Turismo de Natureza e de Turismo em Espaço Rural;
- Destino de Turismo de Saúde e Bem-Estar.

Em suma, a região deverá vender-se sobretudo como oferecendo aos seus visitantes um rico e único património, que inclui paisagem, natureza, tradições, artesanato e gastronomia.

1.4 PERTINÊNCIA DO FOCO TEMÁTICO SELECIONADO NO ATUAL CONTEXTO ECONÓMICO, SOCIAL, TERRITORIAL E INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO-ALVO

O território-alvo enquadra-se numa zona de charneira entre um litoral densamente povoado e urbanizado e uma zona interior de baixa densidade, predominantemente rural e montanhosa, com boas acessibilidades nos dois sentidos. Para efeitos de análise estatística, consideraram-se três tipos de territórios, dentro do território-alvo:

- a) Territórios de baixa densidade – municípios integralmente considerados de baixa densidade: Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Resende;
- b) Territórios em transição – apenas algumas freguesias de baixa densidade: Amarante, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Vale de Cambra;
- c) Territórios de alta densidade - não têm qualquer freguesia de baixa densidade: Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel.

Tabela 2. Território-alvo, área e população

Tâmega e Sousa	Todo o território				Baixa densidade				% Bx densidade face à totalidade do território		
	Nº de fregues.	Área (km ²)	População	Dens. Populac.	Nº de fregues.	Área (km ²)	População	Dens. Populac.	% Freg.	% Área	% Popul.
Amarante	26	301,33	56 264	186,72	10	158,29	8 126	51,34	38%	53%	14%
Baião	14	174,53	20 522	117,58	14	174,53	20 522	117,58	100%	100%	100%
Castelo de Paiva	6	115,01	16 733	145,49	1	33,11	1 300	39,26	17%	29%	8%
Celorico de Basto	15	181,07	20 098	111,00	15	181,07	20 098	111,00	100%	100%	100%
Cinfães	14	239,29	20 427	85,37	14	239,29	20 427	85,37	100%	100%	100%
Felgueiras	20	115,74	58 065	501,68	0	0	0	0	0	0	0
Lousada	15	96,08	47 387	493,20	0	0	0	0	0	0	0
Marco de Canaveses	16	201,89	53 450	264,75	1	23,19	2 771	119,49	6%	11%	5%
Paços de Ferreira	12	70,99	56 340	793,63	0	0	0	0	0	0	0
Penafiel	28	212,24	72 265	340,49	0	0	0	0	0	0	0
Resende	11	123,35	11 364	92,13	11	123,35	11 364	92,13	100%	100%	100%
Subtotais	177	1 831,52	432 915	236,37	66	932,83	84 608	90,70	37%	51%	20%
Área Metropolitana do Porto											
Arouca	16	329,11	22 359	67,94	16	329,11	22 359	67,94	100%	100%	100%
Vale de Cambra	7	147,33	22 864	155,19	2	56,95	2 526	44,35	29%	39%	11%
Subtotais	23	476,44	45 223	94,92	18	386,06	24 885	64,46	78%	81%	55%
Totais	200	2 307,96	478 138	207,17	84	1 318,89	109 493	83,02	42%	57%	23%

Nota 1: População - Censos 2011

Nota 2: Freguesias - Reorganização administrativa Lei n.º 11-A/2013

Características de baixa densidade do território-alvo

O território-alvo da EEC PROVERE “TURISMO PARA TODOS” possui a generalidade das características inerentes aos territórios de baixa densidade. Para além de se tratar de áreas demograficamente mais envelhecidas, também são áreas onde se tem observado a queda dos quantitativos populacionais, onde os recursos humanos são relativamente menos qualificados, onde os níveis de desemprego são maiores e o poder de compra das populações é mais baixo, e onde a taxa de atração de trabalho não residente é comparativamente baixa.

Tabela 3. Demografia e recursos humanos no território-alvo

Indicador	Período	unidades	Territórios de baixa densidade	Territórios em transição	Territórios de alta densidade
Índice de envelhecimento	2011	%	127,75%	96,52%	67,03%
	2018 *		175,67%	148,61%	106,75%
Crescimento da população	01/11	%	-6,06%	-2,52%	3,89%
	11/18*		-7,63%	-4,90%	-1,73%
Escolaridade secundária e > (2011)		% pop. Resid.	13,53%	16,45%	14,70%
Taxa de desemprego (2011)		% pop ativa	15,20%	14,25%	12,51%
Poder de compra (2015)		Portugal base 100	59,77	74,30	77,16
Evolução do emprego	13/16	Pessoal ao serviço	0,16	0,05	0,10
	13/17		0,20	0,09	0,13

Fonte: dados estatísticos tratados do INE

Também a atividade económica dessas zonas é mais centrada no setor primário e serviços, pois a indústria transformadora tem aí menor expressão. Não só existem menos empresas industriais por km², ou por 1000 habitantes, como o peso dessa indústria no VAB é significativamente inferior ao das zonas de densidade mais alta.

Tabela 4. Comparação da importância da indústria e do setor primário, no território-alvo

Indicador	Período	unidades	Territórios de baixa densidade	Territórios em transição	Territórios de alta densidade
Densidade de empresas da indústria transformadora	2016	Empresas/1000 hab.	5,82	8,43	16,05
	2017		6,04	8,58	16,33
Densidade de empresas do setor agrícola e florestal	2016	Empresas/1000 hab.	26,44	9,85	6,35
	2017		27,42	10,16	6,41
Densidade do emprego da indústria transformadora	2016	Pessoal ao serviço/1000 hab.	45,08	92,08	205,91
	2017		47,70	96,30	208,12
Densidade de empresas do setor agrícola e florestal	2016	Pessoal ao serviço/1000 hab.	32,86	11,81	7,61
	2017		33,79	12,21	7,78

Fonte: dados estatísticos tratados do INE

Para além destes fatores há a acrescentar o défice de investimento em atividades de base inovadoras, a fraca diversificação das atividades económicas e o consequente défice de emprego, colocando em causa a competitividade e atratividade destes territórios. Outros indicadores como o número reduzido de entidades com atribuições e competências de proximidade, a reduzida dimensão dos centros urbanos, as deficientes redes de parcerias e o reduzido envolvimento da população, também contribuem significativamente para a configuração de um território com características de baixa densidade.

Tendo em conta que o PROVERE tem como alvo prioritário os territórios de baixa densidade e que, no território-alvo, estes correspondem aos municípios e freguesias acima identificados, podemos considerar que uma estratégia mais focada nas características dessa parte do território representa uma aposta no aproveitamento dos recursos aí existentes, por um lado, e, por outro, na promoção de um maior equilíbrio regional, por ser nessa parte da região que os indicadores de desenvolvimento económico se apresentam mais desfavoráveis.

Recursos e Ativos

Pese embora as suas características de baixa densidade, o território-alvo possui um capital simbólico de inegável valor, patente nos seus recursos e ativos mais distintivos, permitindo a construção de vantagens competitivas na produção de bens e serviços diferenciadores. É no carácter único e inimitável dos ativos intensivos em território que reside a oportunidade de valorização económica por um conjunto alargado de atividades económicas, entre as quais o turismo e o desenvolvimento

de tecnologias que melhorem a utilização e disponibilização desses ativos, traduzidos em património natural, cultural e arquitetónico (adaptado de “Estratégia de Especialização Inteligente Norte 2020”).

Neste território, as zonas de baixa densidade tendem a ser relativamente mais ricas em património histórico-cultural e natural, do que as restantes, proporcionalmente à população residente, possivelmente pelo seu carácter mais periférico, pela menor pressão demográfica que enfrentam, e pelo muito menor grau de industrialização observado.

Em termos de património edificado, embora a ocorrência seja idêntica nas áreas de alta e baixa densidade, nas zonas de baixa densidade, proporcionalmente à população, há mais património. Por outro lado, o património natural de referência no território, nomeadamente os rios e as serras de maior notoriedade, localizam-se sobretudo nos municípios e freguesias de baixa densidade. Aí se localiza, também, em maior escala, a oferta de turismo no espaço rural e de habitação, tanto em números absolutos, como por cada 1000 habitantes. É, também, nos territórios de baixa densidade, que se regista um maior número de dormidas, sendo que, a percentagem de dormidas de estrangeiros é muito semelhante nos territórios de baixa e alta densidade. As dinâmicas da oferta e procura turísticas revelam uma trajetória de crescimento expressiva. A capacidade de alojamento cresceu em função da população residente, com especial destaque nos territórios de baixa densidade. As dormidas registam um aumento sistemático nos anos de referência e a proporção de dormidas realizadas por estrangeiros representa já cerca de 1/3 do total de dormidas em 2017.

Tabela 5. Comparação da oferta de TER e dormidas, no território-alvo

Indicador	Período	unidades	Territórios de baixa densidade	Territórios em transição	Territórios de alta densidade
Oferta de turismo em espaço rural e de habitação	2015	Nº estab./1000 hab.	3,48	1,54	0,90
	2016		3,90	1,67	0,85
Var. dormidas	15/16	dormidas nos estabelecimentos	0,33	0,08	0,16
	16/17		0,49	0,11	0,37
Peso dormidas de estrangeiros	2016	% dormidas estrangeiros	28,21%	33,37%	28,65%
	2017		27,91%	39,00%	31,07%

Fonte: dados estatísticos tratados do INE

De facto, são os territórios de baixa densidade que, potencialmente, verificarão maior efeito multiplicador de investimento público e privado na promoção de atividades turísticas baseadas nos recursos endógenos, histórico-culturais e naturais.

A manutenção do foco temático e dos domínios prioritários definidos na EEC PROVERE “Turismo para todos” revela-se indiscutível se se atender aos indicadores mais representativos. Com efeito, as dinâmicas da oferta e procura turísticas revelam uma trajetória de crescimento expressiva. A capacidade de alojamento cresceu em função da população residente, com especial destaque nos territórios de baixa densidade. As dormidas registam um aumento sistemático nos anos de

referência e a proporção de dormidas realizadas por estrangeiros representa já cerca de 1/3 do total de dormidas em 2017.

O aumento em quantidade e qualidade da oferta e da procura turísticas e a qualificação dos ativos patrimoniais naturais, culturais e edificados do território alvo corrobora a pertinência e coerência relacionadas com os domínios de intervenção e os objetivos operacionais da presente EEC PROVERE “Turismo para Todos”.

2. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

2.1 DEFINIÇÃO DA VISÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, TENDO EM CONSIDERAÇÃO O FOCO TEMÁTICO SELECIONADO PARA O TERRITÓRIO-ALVO

Importa neste exercício de reprogramação lembrar o que esteve na base da definição da visão e dos objetivos estratégicos da presente Estratégia.

Para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e parceiros, a candidatura da estratégia de eficiência coletiva “Turismo para Todos” é um importante instrumento para concretizar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) que aprovou em 2014. Dado este carácter instrumental, a comunidade entende que esta EEC PROVERE deve assumir a mesma Visão que a EIDT ao serviço da qual é desenvolvida:

No quadro da EIDT, a EEC PROVERE “Turismo para Todos” encontra-se vocacionada, como é próprio deste instrumento, para a promoção da “competitividade territorial através da valorização dos recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território.” **O foco temático escolhido para a EEC é a atividade turística** que se pretende que seja a alavanca fundamental para a pretendida valorização dos recursos endógenos.

O turismo é uma atividade com um papel crucial na economia portuguesa, tendo vindo a afirmar-se, ano após ano, como um dos principais motores de desenvolvimento económico do país. A importância do turismo no contexto da presente estratégia de eficiência coletiva advém, fundamentalmente, do facto de se tratar de uma atividade económica multissetorial, ou seja, integradora de múltiplos setores, estabelecendo relações com quase todos os organismos produtivos da economia. A EIDT, aliás, apontava já para que o turismo fosse um dos pilares fundamentais para a promoção do desenvolvimento do território.

Numa linha de continuidade com as EEC PROVERE desenvolvidas no período de programação anterior, nomeadamente a EEC PROVERE “Paisagens Milenares do Douro Verde” liderada pela Dolmen, a EEC PROVERE “Montemuro, Arada e Gralheira” liderada pela ADRIMAG e a EEC PROVERE “Rota do Românico” liderada pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, a presente EEC assume os seguintes **objetivos estratégicos**:

1. Reforçar a capacidade de atração turística do território-alvo;
2. Valorizar os recursos endógenos;
3. Reforçar a identidade e a coesão do território;
4. Melhorar a qualidade de vida das populações;
5. Promover e desenvolver outras atividades económicas de tradição local.

Estes objetivos encontram-se estreitamente articulados. O reforço da capacidade de atração turística do território era já uma preocupação fundamental na EIDT, correspondendo a um dos seus seis domínios de intervenção estratégicos, e assume igualmente grande destaque no Plano de

Marketing Territorial do Tâmega e Sousa. A EIDT agrupava as ações a desenvolver neste domínio em três eixos fundamentais:

- Promoção;
- Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural;
- Formação e capacitação dos agentes turísticos.

A EEC PROVERE retoma e desenvolve estes temas, embora dando-lhes uma organização ligeiramente diferente abrangendo todo o território-alvo.

A EEC PROVERE deve contribuir para atenuar este défice de imagem através da afirmação e promoção da identidade que será um alicerce fundamental para as atividades de promoção a desenvolver. Mas a promoção, por si só, não é suficiente para **garantir a capacidade de atração turística**. A EEC deve contribuir igualmente para melhorar a oferta turística do território-alvo, seja pelo aumento da oferta de serviços em domínios como o alojamento e a restauração, seja pelo desenvolvimento de atividades e produtos complementares que permitam oferecer ao visitante um conjunto articulado e diversificado de experiências.

É neste contexto que a **valorização dos recursos endógenos** dá um contributo fundamental para garantir uma oferta distintiva. O território-alvo tem muitos recursos suscetíveis de valorização turística. Ao nível do património natural, destacam-se as suas paisagens, nomeadamente as paisagens de montanha, e as suas águas termais. Ao nível do património histórico-cultural, o território tem nomeadamente um abundante edificado de que a Rota do Românico é a expressão mais visível e conhecida. Mas tem também, por exemplo, uma importante rede de mosteiros beneditinos. Noutro plano, conta com uma rica gastronomia e vinhos de grande valor e um conjunto de recursos suscetíveis de potenciar a oferta nestes domínios (carnes de raças autóctones, produtos agrícolas, etc.). Se devidamente conjugados com uma oferta infraestrutural adequada, estes recursos reforçam a capacidade de atração turística.

Mas, para além destes primeiros dois objetivos, a EEC PROVERE deve também **contribuir para reforçar a identidade e coesão do território**. A EIDT identificou a ausência de uma identidade bem vinculada como um dos traços de diagnóstico fundamentais, com consequências internas e externas. Internamente, pela diversidade da realidade regional e pelos diferentes critérios de organização geográfico-administrativa a que, ao longo do tempo, estiveram sujeitos, os habitantes do território-alvo não têm um forte sentido de pertença, o que dificulta a construção de um projeto partilhado. Externamente, este problema de identidade resulta, como referido atrás, num défice de imagem que prejudica a afirmação turística. O desenvolvimento da EEC ao nível de NUT III Tâmega e Sousa e NUT III Área Metropolitana do Porto e a designação adotada devem contribuir para atenuar estes problemas.

O quarto objetivo estratégico proposto é, afinal, o fundamental: **melhorar a qualidade de vida das populações**, nomeadamente por via da criação e sustentação de emprego e atividade económica nos territórios de baixa densidade.

O quinto e último objetivo visa **dinamizar outras atividades económicas que integram, a montante e a jusante, a cadeia de valor do setor turístico**, privilegiando atividades com tradição local como a agricultura, a pecuária, o artesanato e a produção agroalimentar, mas também, atividades mais inovadoras e enquadradas nas tendências atuais de evolução da economia, de que são exemplos, as indústrias culturais e criativas e as TIC.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS, RESULTADOS, METAS E TEMAS PRIORITÁRIOS

As alterações plasmadas na presente reprogramação refletem fundamentalmente as adequações de diversos projetos âncora que decorrem de um maior grau de maturidade e de aprofundamento das necessidades de investimento. Estas alterações estão alinhadas com os cinco temas prioritários e cinco objetivos operacionais, que concorrem para assegurar a concretização dos objetivos estratégicos e a visão para o território. Os temas prioritários mantêm-se, nesta senda, os seguintes:

- **Valorização do património natural e cultural.** Pretende-se valorizar as paisagens, o edificado e outros elementos culturais do território-alvo como instrumentos essenciais para reforçar a sua atratividade turística, sem descuidar outros elementos do vasto património do território-alvo. Ao nível do património natural assumem destaque as serras e rios do território-alvo, ao nível do edificado, os monumentos da Rota do Românico;

- **Turismo de natureza / Náutico.** O território-alvo é um destino por excelência para a prática de turismo de natureza, dispondo de um riquíssimo património natural. Um dos elementos do património natural mais importante deste território-alvo são os cursos de água, com características singulares e grande potencial de crescimento. O rio Douro, navegável, é um bom exemplo, dispondo o território-alvo de vários cais para paragem de embarcações. Os rios Tâmega e Sousa, onde, não só ao longo dos seus cursos se estabeleceram e desenvolveram diferentes comunidades, como se criaram marcas que facilmente identificam e diferenciam o território-alvo. É ainda importante mencionar a presença do Rio Paiva, considerado um dos rios menos poluídos da Europa e o melhor para a prática de rafting em Portugal. Se por um lado o território-alvo se identifica pelos rios que o banham por outro é fortemente marcado pelo seu relevo. As serras constituem-se como um dos ícones, caracterizando-se pela biodiversidade existente e que são cenários ideais para a prática de desportos de natureza.

- **Gastronomia e produtos endógenos.** O território dispõe de uma ampla oferta de produtos locais de elevada qualidade, desde o artesanato tradicional aos produtos agrícolas e carnes de raças autóctones, a produtos que inovam com base em recursos endógenos do território; pretende-se, por um lado, reforçar a produção destes produtos locais e qualificar as condições em que é feita e, por outro, intervir ao nível das cadeias de comercialização e distribuição para aumentar o valor acrescentado retido no território-alvo;

- **Saúde e bem estar.** As características do território-alvo permitem-lhe posicionar-se como um destino atrativo em matéria de termalismo e turismo de bem-estar, aspetos já realçados na EIDT e que agora se pretende concretizar;

- **Capacitação, animação e promoção territorial.** A oferta de serviços turísticos do território, nomeadamente ao nível do alojamento e restauração, apresenta ainda limitações quantitativas e qualitativas que a concretização desta EEC deve ajudar a colmatar, intervindo quer ao nível do aumento da capacidade, quer da qualificação dos recursos humanos. Pretende-se ainda reforçar a oferta de eventos geradores de atratividade turística, dar coerência à oferta existente e organizá-la em produtos turísticos suscetíveis de cativar o visitante e, mais em geral, promover o território-alvo e a sua identidade, como objetivos simultaneamente de reforço da coesão interna e atração de visitantes;

Estes temas prioritários de intervenção desagregam-se em um ou mais objetivos operacionais, como explicitado na tabela seguinte (Tab. 6). A tabela indica também os indicadores de resultado e as metas associadas a cada objetivo. Para além dos indicadores de resultado constantes da tabela, definidos especificamente para cada objetivo operacional, como indicador de resultado mais geral da EEC pretende-se conseguir um aumento do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e similares do território-alvo da ordem dos 20%.

Tabela 6. Temas prioritários, objetivos operacionais, indicadores de resultado e metas

Temas Prioritários	Objetivos Operacionais	Indicador de resultado	Meta
1. Valorização do património natural e cultural	1.1 Reforço da atratividade do património natural e cultural	1.1.1 Aumento do número de visitantes ao património natural e cultural do território	20%
		1.1.2 Postos de trabalho criados em atividades de valorização do património natural e cultural	10
	1.2 Criar estruturas de animação permanente e desenvolver serviços de suporte à atividade turística	1.2.1 N. de estruturas de animação permanente	15
2. Turismo de natureza / náutico	2.1 Capacitação/qualificação da oferta de alojamento	2.1.1 Número de novas unidades de alojamento	40
		2.1.2 Postos de trabalho criados na oferta de alojamento	80
		2.1.3 crescimento do n. de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	5%
	2.2 criação de parques de campismo/caravanismo	2.2.1 N. de parques de campismo/caravanismo	4
		2.2.2 Capacidade instalada dos parques de campismo/caravanismo	100

Temas Prioritários	Objetivos Operacionais	Indicador de resultado	Meta
	2.3 Criação de novas rotas/itinerários	2.3.1 N. de Km das rotas/itinerários criados	60
3. Gastronomia e produtos endógenos	3.1 Promoção da atividade económica baseada em produtos locais de qualidade	3.1.1 Postos de trabalho criados em unidades de produção e/ou transformação de produtos locais de qualidade apoiados	50
		3.1.2 Número de novas empresas dedicadas a produtos locais de qualidade	30
	3.2 Capacitação/qualificação da oferta de restauração	3.2.1 Número de novas unidades de restauração	30
		3.2.2 Postos de trabalho criados na oferta de restauração	20
4. Saúde e Bem Estar	4.1. Recuperação e modernização de unidades termais	4.1.1 Número de unidades termais e spas intervencionadas	2
		4.1.2 Número anual de utentes das unidades termais e spas do Território	2300
	4.2. Criação de novos empreendimentos vocacionados para o lazer e bem estar	4.2.1. número de empreendimentos	20
5. Capacitação, animação e promoção territorial	5.1 Desenvolver ações de marketing e comunicação do território e dos seus produtos e serviços	5.1.1 N. de ações de marketing e promoção territorial	20
		5.1.2 N. de participantes nas ações de marketing e promoção territorial	1000
	5.2 Desenvolver ações de capacitação dos agentes locais (empreendedorismo, inovação, ...)	5.2.1 N. de ações desenvolvidas	8
		5.2.2 N. de participantes/formandos	120
	5.3 Dinamização de eventos com impactos na atratividade turística	5.3.1 Número de eventos apoiados	60
		5.3.1 Número de participantes nos eventos apoiados	30 000
	5.4 Organizar a oferta de produtos e serviços turísticos, agrícolas, agroalimentares, artesanais e outros resultantes das atividades económicas que integram a cadeia de valor do setor turístico	5.4.1 Número de novas rotas ou programas turísticos dinamizados	4

Embora a presente reprogramação preveja um aumento não displicente do investimento potencial dos projetos âncora e complementares, os objetivos operacionais e respetivos indicadores de realização definidos na EEC, em termos genéricos mantêm-se.

2.3 CONTRIBUTO DA EEC PARA OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DO PO NORTE 2020

A aprovação da EEC PROVERE “**TURISMO PARA TODOS**” contribuirá para o indicador de realização previsto no PO NORTE 2020 (Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (nº) com uma unidade.

No que respeita o indicador de resultado, a presente Estratégia prevê a realização de investimento por entidades privadas no montante de 143 493 168,14 euros, para investimento público elegível em projetos âncora de 22 003 363,59 euros, o que corresponde a um efeito multiplicador de 6,52, superando de modo expressivo a meta de 1,9 estabelecida em sede de compromisso. Este diferencial permite acomodar os efeitos da eventual não execução de alguns projetos complementares, como aconteceu em EEC PROVERE implementadas no período de programação anterior.

3. PROGRAMA DE AÇÃO

3.1 IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DOS PROJETOS-ÂNCORA DO PROGRAMA DE AÇÃO E RESPECTIVA PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA E TEMPORAL

O presente exercício de reprogramação resultou das seguintes alterações nos Projetos Âncora:

- alteração de 3 projetos âncora (1 estrutural e 2 transversais) em resultado do aumento do investimento total e do apoio FEDER (via “soma nula” e aproveitamento de verbas remanescentes não utilizadas na reprogramação anterior);
- alteração de 2 projetos âncora estruturais e 3 transversais, em resultado, respetivamente, do aumento do apoio FEDER (via “soma nula”) e de alteração de data de fim da operação;
- alteração de 3 projetos complementares (maioritariamente alteração de valores de investimento total e denominação das intenções de investimento);
- integração de 7 novos projetos complementares perfeitamente enquadrados com as áreas temáticas da Estratégica.

A seguinte tabela sistematiza tal reconfiguração, estabelecendo uma comparação com a 2ª reprogramação, apresentando, de modo sumário, o grau de maturidade de cada projeto.

Tabela 7. Reprogramação dos Projetos Âncora Face à 1ª Reprogramação

2ª REPROGRAMAÇÃO				3ª REPROGRAMAÇÃO						
ID Projeto	Entidade	Inv. Total	Fundo	Status	Data Início	Data Fim	Inv. Elegível	Fundo	Tx	Maturidade do projeto
PA.1 Projeto de Conservação e Restauro do Complexo Arquitetónico do Mosteiro de Stº André de Ancede	Município de Baião	3 045 448,26	2 176 076,67	Alterou	01-07-19	31-12-22	3 045 448,26	2 176 076,67	72%	Taxa de execução de 50,4%. Alteração temporal
PA.2 Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira – Fase I	Município de Amarante	687 247,18	584 160,10	“=”	01-09-20	31-08-22	687 247,18	584 160,10	85%	Aberto procedimento para contratação de serviço de identificação de percursos. Foi recentemente lançado o procedimento de contratação pública da empreitada para realização das obras previstas.
PA.3 Requalificação da praia e do cais de Bitetos	Município de Marco de Canaveses	1 516 301,62	1 252 050,00	Alterou	11-06-19	30-06-22	1 547 510,64	1 312 593,22	85%	Taxa de execução de 4,6%. A alteração resulta de um ligeiro aumento do apoio FEDER
PA.4 Infraestruturas de apoio à Ecopista do Tâmega	Município de Celorico de Basto	1 340 412,21	1 139 350,38	“=”	03-12-19	30-11-21	1 340 412,21	1 139 350,38	85%	Taxa de execução de 60,3%.
PA.5 Parque Rural de Campismo e Autocaravanismo de Mourilhe	Município de Cinfães	1 290 904,86	1 085 114,95	Alterou	04-05-15	29-02-20	1 276 605,82	1 082 189,56	85%	O projeto encontra-se executado. Alteração financeiro

2ª REPROGRAMAÇÃO				3ª REPROGRAMAÇÃO						
ID Projeto	Entidade	Inv. Total	Fundo	Status	Data Início	Data Fim	Inv. Elegível	Fundo	Tx	Maturidade do projeto
PA.7 Requalificação e Valorização turística da Zona Envolvente à Ponte das Travessas e Rio Sardoura	Município de Castelo de Paiva	228 117,87	193 900,19	“=”	02-01-20	31-10-21	228 117,87	193 900,19	85%	Taxa de execução de 61,7%.
PA.9 Ponte pedonal suspensa sobre o Rio Paiva	Município de Arouca	1 716 367,71	1 458 912,55	alterou	30-04-18	30-06-20	1 708 327,36	1 452 078,26	85%	O projeto encontra-se executado. Alteração financeira
PA.13 Casa da Broa de Paradaça	Município de Vale de Cambra	204 421,00	173 757,85	“=”	15-01-19	30-03-21	204 421,00	173 757,85	85%	O projeto encontra-se executado.
PA.14 Centro Interpretativo da Serra da Freita	Município de Vale de Cambra	306 990,00	260 941,50	“=”	28-01-19	30-03-21	306 990,00	260 941,50	85%	Taxa de execução de 78,5%.
PA.15 Valorização, dinamização e promoção turística da região - Ação 1 – Destino Turístico	CIM Tâmega e Sousa	1 091 462,59	927 743,20	alterou	17-07-19	31-12-22	1 469 949,12	1 249 456,75	85%	taxa de execução de 17,6% no âmbito do Exercício de Otimização da Execução à Escala Intermunicipal e Setorial (“Soma Nula”) consta a aprovação do reforço da PI 8.9 – da EEC PROVERE “Turismo para Todos”, através do aumento do investimento elegível da candidatura “NORTE-06-3928-FEDER-000130: Valorização, dinamização e promoção turística da região- Ação 1 - Destino Turístico”. Este aumento de investimento elegível decorre da transferência de verbas da operação P.I 3.3 – SAAC “NORTE-02-0853-FEDER-000127 Tâmega e Sousa – Qualify and Brand On” (321 713,55 euros do apoio FEDER) por se entender que há um forte enquadramento com os objetivos da EEC e ligação e foco no setor do turismo.
PA.15 Ação 2 – Caminhos de Peregrinação	ADERSOUSA	139 401,17	118 491,00	“=”	03-06-19	15-10-21	139 401,17	118 491,00	85%	Taxa de execução de 72,3%.
PA.15 Ação 3 – Rota do Românico	VALSOUSA	570 429,94	484 865,45	“=”	10-09-19	31-03-22	570 429,94	484 865,45	85%	Taxa de execução de 18,4%.
PA.15 - Ação 4 – Turismo de Natureza	AMBT	224 216,13	190 583,71	alterou	01-08-19	31-12-22	224 216,13	190 583,71	85%	Taxa de execução de 12,5%. Alteração de data de fim da operação, a refletir oportunamente em pedido de alteração.
PA.15 Ação 5 – Gastronomia e Produtos Endógenos	DOLMEN	390 554,12	331 971,00	alterou	01-01-20	31-12-22	390 554,12	331 971,00	85%	Taxa de execução de 19,1%. Alteração de data de fim da operação, oportunamente refletiva em pedido de alteração.

2ª REPROGRAMAÇÃO				3ª REPROGRAMAÇÃO						
ID Projeto	Entidade	Inv. Total	Fundo	Status	Data Início	Data Fim	Inv. Elegível	Fundo	Tx	Maturidade do projeto
PA.15 Ação 6 – Turismo Sustentável	ADRMAG	35 763,00	30 398,55	“=”	01-01-21	30-06-22	35 763,00	30 398,55	85%	Candidatura em execução.
PA.15 Ação 2 – Caminhos de Peregrinação - fase II	Ader-Sousa	74 381,17	63 223,99	“=”	01-01-21	31-12-22	74 381,17	63 223,99	85%	Candidatura em execução.
PA.16 Gestão e Dinamização do Consórcio da EEC PROVERE "Turismo Para Todos"	CIM TS + DOLMEN + ADERSOUSA + ADRMAG	423 529,41	360 000,00	Alterou	01-12-18	30-06-23	519 949,81	441 957,33	85%	Atendendo aos desafios acrescidos da Gestão do Consórcio da EEC "Turismo para Todos" e do consequente processo de acompanhamento dos projetos âncora e complementares, considera-se, a partir do último trimestre de 2021, a imputação de quadros técnicos e administrativo da CIM Tâmega e Sousa que até então não tinha quadros técnicos imputados a este projeto, assim como um reforço de imputação de pessoal técnico da ADRMAG. A consideração destas verbas implica um aumento global do investimento e do apoio FEDER, de 96 420,00 e 81 957,33 euros, respetivamente.
PA.17 Caldas de Arêgos, Estância Termal do Douro - Reabilitação e Reconversão Parcial do Edifício Termal	Município de Resende	2 383 854,54	2 026 276,36	Alterou	01/11/19	30/05/23	4 238 734,98	2 853 887,28	85%	Taxa de execução de 1,4% Alteração resulta de aumento do investimento elegível e apoio FEDER em resultado da integração de componentes de investimento relacionadas com eficiência energética
PA. 18 Requalificação e Valorização Turística do Choupal	Município de Castelo de Paiva	290 682,42	247 080,06	“=”	14-09-20	30-03-21	290 682,42	247 080,06	85%	Candidatura em execução.
PA. 19 Infraestruturas de apoio à Ecopista do Tâmega (fase 3)	Município de Celorico de Basto	636 523,09	541 044,63	“=”	15-12-20	15-04-22	636 523,09	541 044,63	85%	Taxa de execução de 83,7%.

2ª REPROGRAMAÇÃO				3ª REPROGRAMAÇÃO						
ID Projeto	Entidade	Inv. Total	Fundo	Status	Data Início	Data Fim	Inv. Elegível	Fundo	Tx	Maturidade do projeto
PA. 20 SERPA PINTO DISCOVERIES	Município de Cinfães	2 508 224,45	1 639 820,00	Alterou	01-05-21	30-04-23	2 508 224,45	1 933 240,62	77%	Em execução. Auto de consignação assinado em 15.09.2021. Alteração resulta de aumento do apoio FEDER, por via do exercício de e da transferência de verbas remanescentes do fecho do PA.5 Parque Rural de Campismo e Autocaravanismo de Mourilhe (2 925,39 euros)
PA. 21 Interpretação e Observação d'Ovale Mágico	Município de Vale de Cambra	92 439,19	78 573,31	“=”	01/03/20	30/11/21	92 434,87	78 573,31	85%	Taxa de execução de 6,6%.
PA.23 Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira – Fase II	Município de Amarante	457 753,94	382 500,00	“=”	01-02-21	31-12-22	457 753,94	382 500,00	84%	Embora a candidatura apresentada tenha tido parecer desfavorável, e intenção do Município ultrapassar oportunamente as condicionantes levantadas e apresentar candidatura a novo Aviso.
Fundo remanescente a imputar, oportunamente, de acordo com o desenvolvimento da Estratégia			75 123,04							
TOTAL		19 655 425,88	15 821 958,51				21 994 089,38	17 322 321,58	78,76%	

Os projetos âncora inscritos na presente Estratégia de Eficiência Coletiva configuram uma miríade de intenções de investimento material e imaterial que visam, globalmente, dotar o território alvo de acrescidos fatores de atração turística. Sem prejuízo da informação apresentada no anexo 2 e das tabelas anteriores, a Tabela 8 descreve, sumariamente, os 23 projetos âncora (7 dos quais constituintes do Projeto Transversal PA15) da EEC PROVERE “Turismo para Todos”.

Tabela 8. Projetos âncora da EEC PROVERE “Turismo para Todos”

Designação do Projeto	Entidade Promotora	Local.	Início	Conclusão	Invest. Total	Área Temática
PA.1 Projeto de Conservação e Restauro do Complexo Arquitetónico do Mosteiro de St ^o André de Ancede	Baião	Baixa Densidade	1-jul-19	31-dez-22	3 045 448,26	1. Valorização do património natural e cultural
PA.2 Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira - Fase I	Amarante	Baixa Densidade	1-set-20	31-ago-22	687 247,18	1. Valorização do património natural e cultural
PA.23 Valorização do cluster turístico das serras do Marão e da Aboboreira - Fase II	Amarante	Baixa Densidade	1-fev-21	31-dez-22	457 753,94	1. Valorização do património natural e cultural
PA.3 Requalificação da praia e cais de Bitetos	Marco de Canaveses	Fora da Baixa Densidade	11-jun-19	30-jun-22	1 547 510,64	2. Turismo de natureza / náutico
PA.4 Infraestruturas de apoio à Ecopista do Tâmega	Celorico de Basto	Baixa Densidade	3-dez-19	30-nov-21	1 340 412,21	2. Turismo de natureza / náutico
PA. 19 Infraestruturas de apoio à Ecopista do Tâmega (fase 3)	Celorico de Basto	Baixa Densidade	15-dez-20	15-abr-22	636 523,09	2. Turismo de natureza / náutico
PA.5 Parque Rural de Campismo e Autocaravanismo de Mourilhe	Cinfães	Baixa Densidade	4-mai-15	29-fev-20	1 276 605,82	2. Turismo de natureza / náutico
PA. 20 SERPA PINTO DISCOVERIES	Cinfães	Baixa Densidade	1-mai-21	30-abr-23	2 508 224,45	1. Valorização do património natural e cultural
PA.17 Caldas de Arêgos, Estância Termal do Douro - Reabilitação e Reconversão Parcial do Edifício Termal	Resende	Baixa Densidade	1-nov-19	30-mai-23	4 238 734,98	4. Saúde e bem-estar
PA.7 Requalificação e Valorização turística da Zona Envolvente à Ponte das Travessas e Rio Sardoura	Castelo de Paiva	Baixa Densidade	2-jan-20	31-out-21	228 117,87	2. Turismo de natureza / náutico
PA. 18 Requalificação e Valorização Turística do Choupal	Castelo de Paiva	Baixa Densidade	14-set-21	30-mar-21	290 682,42	2. Turismo de natureza / náutico

Designação do Projeto	Entidade Promotora	Local.	Início	Conclusão	Invest. Total	Área Temática
PA.9 Ponte pedonal suspensa sobre o Rio Paiva	Arouca	Baixa Densidade	30-abr-18	30-jun-20	1 708 327,36	2. Turismo de natureza / náutico
PA.13 Casa da Broa de Parauça	Vale de Cambra	Baixa Densidade	15-jan-19	30-mar-21	204 421,00	1. Valorização do património natural e cultural
PA.14 Centro Interpretativo da Serra da Freita	Vale de Cambra	Baixa Densidade	28-jan-19	30-mar-21	306 990,00	1. Valorização do património natural e cultural
PA. 21 Interpretação e Observação d'Ovale Mágico	Vale de Cambra	Baixa Densidade	17-jun-20	30-nov-21	92 434,87	1. Valorização do património natural e cultural
PA. 15 Valorização, dinamização e promoção turística da região	Transversal		3-jun-19	30-jun-22	2 904 694,85	5. Capacitação, animação e promoção territorial
Ação 1	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (líder)		17-jul-19	31-dez-22	1 469 949,12	
Ação 2	Ader-Sousa - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa		3-jun-19	15-out-21	139 401,17	
Ação 2 – fase II	Ader-Sousa - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa		1-jan-21	31-dez-22	74 381,17	
Ação 3	VALSOUSA - Associações de Município do Vale do Sousa		10-set-19	31-dez-22	570 429,94	
Ação 4	AMBT - Associação de Municípios do Baixo Tâmega		1-ago-19	31-dez-21	224 216,13	
Ação 5	Dolmen - Desenvolvimento Local e Regional, CRL		1-jan-20	31-dez-22	390 554,12	
Ação 6	ADRMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira		1-jan-21	30-jun-22	35 763,20	
Gestão e Dinamização do Consórcio da EEC PROVERE "Turismo Para Todos"	"-----"		1-dez-18	30-jun-23	519 949,81	"-----"
	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (líder)				88 380,05	
	Dolmen - Desenvolvimento Local e Regional, CRL				282 352,94	
	Ader-Sousa - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa				70 588,24	
	ADRMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira				70 588,24	
TOTAL					21 994 089,38	

Fruto do presente exercício de reprogramação, os projetos âncora correspondem a um investimento total de 22 milhões de euros, com uma comparticipação do FEDER de 17,3 milhões. A reprogramação agora proposta configura um aumento de 9,5% do apoio FEDER e um aumento de cerca de 2,3 milhões do investimento total previsto, o que evidencia claramente o compromisso das instituições beneficiárias em promover projetos âncora que impulsionem dinâmicas económicas no território. A sua promoção emana do envolvimento de 15 entidades de referência institucional e organizacional no território, 3 das quais privadas sem fins lucrativos e 12 de natureza pública. O investimento em projetos âncora infraestruturais será materializado maioritariamente em territórios de baixa densidade (93,7%).

Os projetos âncora incidem sobre 4 dos 5 temas prioritários da EEC, consubstanciando uma maior diversificação e distribuição do investimento pelas áreas de intervenção estratégicas, por comparação com o programa de ação inicial. Estes assumem a seguinte repartição do investimento total (**excluindo-se desta análise o projeto de gestão e dinamização do consórcio**):

- Valorização do património natural e cultural – 7 302 524,02 euros (33,99%);
- Turismo de natureza / náutico – 7 032 936,44 euros (32,74%);
- Saúde e bem-estar – 4 238 734,98 euros (19,73%);
- Capacitação, animação e promoção territorial – 2 909 212,03 euros (13,54%).

Estão inscritos nos temas “Valorização do património natural e cultural”, “Turismo de natureza / náutico” e Saúde e bem estar” investimentos de índole fundamentalmente material, promovidos pelos Municípios que compreendem territórios de Baixa Densidade.

O projeto transversal, promovido por entidades de desenvolvimento supramunicipal, corporiza um conjunto de seis ações complementares de natureza fundamentalmente imaterial e vai ao encontro do tema prioritário “Capacitação, animação e promoção territorial”. Não obstante, este projeto compreende iniciativas imateriais que se enquadram nos restantes temas prioritários, nomeadamente no que respeita a valorização do património cultural e patrimonial, o turismo de natureza e a promoção de produtos endógenos.

O tema prioritário “Gastronomia e Produtos endógenos”, pela sua natureza será, como explanado no ponto seguinte, fundamentalmente desenvolvido no âmbito dos projetos complementares, mormente por promotores privados.

Do investimento previsto no âmbito dos projetos âncora, 17 029 963,8 euros (93,7%) serão exclusivamente executados em territórios de baixa densidade, reforçando, neste exercício de reprogramação, o requisito estabelecido no Aviso Nº NORTE – 28 – 2017 – 41, quanto à afetação territorial do investimento. O investimento relevante para os territórios de baixa densidade é, ainda assim, superior, uma vez que o projeto transversal beneficia transversalmente todo território alvo, incluindo naturalmente aqueles territórios de baixa densidade.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DOS PROJETOS COMPLEMENTARES DO PROGRAMA DE AÇÃO E RESPECTIVA PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA E TEMPORAL

O programa de ação da EEC PROVERE “Turismo para Todos” compreende 376 projetos complementares manifestados por 268 promotores.

Estas intenções de investimento são encetadas por diversos atores públicos e privados, com e sem fins lucrativos, distribuídos pelo território alvo da presente Estratégia. Os projetos complementares totalizam um investimento de 211 465 954,19 euros.

Tabela 8. Distribuição geográfica dos Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos”

Territórios	valor	Proporção	N.º	Proporção
Município de Baixa densidade	88 519 625,61 €	41,86%	134	35,64%
Município em transição ¹	81 147 827,67 €	38,37%	141	37,50%
Outros Municípios	41 798 500,91 €	19,77%	101	26,86%
Total	211 465 954,19 €	100,00%	376	100,00%

¹ – Municípios parcialmente compostos por territórios de Baixa densidade

O território alvo evidencia, como verificado no diagnóstico, condições de partida socioeconómicas e geográficas difusas e diferenciadas. A manifestação de intenções de investimento enquadradas no foco-temático da presente Estratégia advém de promotores maioritariamente localizados em territórios de baixa densidade e em transição. Esta constatação funda-se, quer no número de projetos complementares (cerca de 73%), quer no valor dos investimentos previstos (cerca de 4/5).

Tabela 10. Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos” por natureza da entidade promotora

Natureza da Entidade	valor	Proporção	N.	Proporção
Público	67 972 786,05 €	32,14%	97	25,80%
Privado c/ fins lucrativos	136 591 174,26 €	64,59%	252	67,02%
Privado s/ fins lucrativos	6 901 993,88 €	3,26%	27	7,18%
Total	211 465 954,19 €	100,00%	376	100,00%

Natureza da Entidade	Baixa densidade	%	Outros Terr.	%
Público	15 005 786,05 €	14,79%	52 967 000,00 €	48,16%
Privado c/ fins luc.	84 333 266,06 €	83,10%	52 257 908,20 €	47,51%
Privado s/ fins luc.	2 144 042,30 €	2,11%	4 757 951,58 €	4,33%
Total	101 483 094,41 €	100,00%	109 982 859,78 €	100,00%

Mais de 70% das intenções de investimento complementares são manifestadas por entidades privadas, proporção que aumenta consideravelmente se nos centrarmos em territórios de baixa

densidade (mais de 80%). As entidades públicas representam cerca de 1/3 dos projetos complementares, proporção que diminui nos territórios de baixa densidade. As intenções promovidas por entidades da economia social estão em linha com o seu peso na economia nacional (cerca de 3%). Globalmente, o valor médio das intenções mostra-se superior junto das entidades públicas, todavia são as entidades privadas com fins lucrativos que registam o maior valor médio por projeto nos territórios de baixa densidade.

O investimento potencial manifestado por entidades privadas permite, face ao volume de investimento plasmado nos projetos Âncora, um efeito multiplicador do investimento público no investimento privado de 6,52.

Regista-se, portanto, uma ligeira diminuição do indicador face à 2ª reprogramação, na sequência de um aumento do investimento potencial dos projetos públicos. Esta constatação é demonstrativa do alinhamento das dinâmicas do tecido produtivo regional com a estratégia de desenvolvimento regional preconizada pelos atores públicos mais representativos do território.

Tabela 11. Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos” por tipo de entidade promotora

Tipo de organização (privada e social)	Valor total	%	Baixa densidade	%	Outros Terr.	%
Sociedades	111 565 179,91 €	72,45%	69 894 836,08 €	79,81%	41 670 343,83 €	62,75%
Emp. em nome ind.	8 815 153,74 €	5,72%	5 677 985,56 €	6,48%	3 137 168,18 €	4,72%
Empresas a constituir	14 997 231,98 €	9,74%	8 284 818,40 €	9,46%	6 712 413,58 €	10,11%
Economia Social ¹	18 605 602,51 €	12,08%	3 719 668,32 €	4,25%	14 885 934,19 €	22,42%
Total	153 983 168,14 €	100%	87 577 308,36 €	100%	66 405 859,78 €	100%

¹ inclui investimentos públicos vocacionados para o subsetor.

Considerando apenas os projetos complementares de natureza privada e enquadrados na esfera da economia social, cerca de ¾ do investimento manifestado por entidades promotoras de natureza privada advém de Sociedades, o que corporiza, tipicamente, um maior nível de maturidade das ideias de negócio e da capacidade de as materializar. Esta constatação é ainda mais evidente nos territórios de baixa densidade nos quais essa proporção sobe para mais de 80% e o peso de iniciativas a promover por entidades a constituir é inferior a 10%. Neste universo, as entidades da economia social revelam motivações de investimento mais centradas em territórios fora da baixa densidade.

3.3 CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS, INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE, COM OS OBJETIVOS DEFINIDOS E OS RESULTADOS ESPERADOS DA EEC PROVERE

À semelhança dos projetos âncora, os projetos complementares encontram no fator “natureza” o elemento chave para a tomada de decisão dos investimentos a materializar, mormente em territórios de baixa densidade. Com efeito e como é sublinhado no diagnóstico, os diversos elementos paisagísticos e o potencial que as serras e os rios que caracterizam o território alvo são a proposta de valor mais valorizada nas intenções de investimento desta Estratégia. Tratam-se de projetos de investimento maioritariamente centrados na qualificação e no reforço da oferta hoteleira, nas suas diversas modalidades, objetivando dar resposta a uma crescente procura de experiências turísticas e de lazer em contextos em que a autenticidade, a natureza e a aventura consubstanciam o elemento chave da tomada de decisão.

Tabela 9. Projetos complementares da EEC PROVERE “Turismo para Todos” por tema prioritário

Tema Prioritário	Valor	Proporção	N.º	Proporção
1. Valorização do património natural e cultural	21 863 531,97 €	10,34%	53	14,10%
2. Turismo de natureza / náutico	120 169 322,32 €	56,83%	157	41,76%
3. Gastronomia e produtos endógenos	18 225 470,34 €	8,62%	76	20,21%
4. Saúde e Bem Estar	24 847 907,72 €	11,75%	29	7,71%
5. Capacitação, animação e promoção territorial	26 359 721,84 €	12,47%	61	16,22%
Total	211 465 954,19 €	100%	376	100%

Tema Prioritário	Baixa densidade	%	Outros Terr.	%
1. Valorização do património natural e cultural	5 930 347,11 €	5,84%	15 933 184,86 €	14,49%
2. Turismo de natureza / náutico	78 083 983,55 €	76,94%	42 085 338,77 €	38,27%
3. Gastronomia e produtos endógenos	9 684 547,90 €	9,54%	8 540 922,44 €	7,77%
4. Saúde e Bem Estar	1 847 407,72 €	1,82%	23 000 500,00 €	20,91%
5. Capacitação, animação e promoção territorial	5 936 808,13 €	5,85%	20 422 913,71 €	18,57%
Total	101 483 094,41 €	100%	109 982 859,78 €	100%

Tema Prioritário (encetados por Ent. Privadas)	Valor	Proporção
1. Valorização do património natural e cultural	4 832 656,97 €	3,37%
2. Turismo de natureza / náutico	105 275 411,27 €	73,37%
3. Gastronomia e produtos endógenos	12 920 470,34 €	9,00%
4. Saúde e Bem Estar	5 944 907,72 €	4,14%
5. Capacitação, animação e promoção territorial	14 519 721,84 €	10,12%
Total	143 493 168,14 €	100%

Os projetos enquadrados no Tema “Capacitação, animação e promoção territorial” registam um investimento significativo (26 359 721,84 euros) e assumem o segundo maior nível de investimento. A sua representatividade no conjunto alcança uma posição de destaque quando expurgados os investimentos públicos da análise. Não obstante, as intenções de investimento apresentam-se mais significativas nos centros urbanos do que nos territórios de baixa densidade.

A mesma constatação pode retirar-se no que se refere o tema prioritário “saúde e bem-estar”, uma vez que compreende intenções de valor significativo, mormente relacionados com a valorização de recursos termais e do desporto. Representa, no entanto uma proporção residual em territórios de baixa densidade e são maioritariamente promovidos por promotores públicos.

As intenções vocacionadas para a “valorização do património natural e cultural”, de natureza material e imaterial, encontram maior expressão nos projetos âncora. Dada a natureza das intervenções que configuram estas abordagens é notória a sua promoção por entidades de natureza pública, representando apenas 3,4% dos projetos de intenção privada. Também se regista uma menor representatividade dos investimentos em territórios de baixa densidade.

Embora o volume de investimento enquadrado no Tema “Gastronomia e produtos endógenos” seja, globalmente, o menos representativo, é o que apresenta um valor médio por projeto menor, induzindo um maior efeito difusor pelo território. Adicionalmente, assume a segunda posição mais relevante nos territórios de baixa densidade, com cerca de 10 M€, revelando que, para além dos recursos naturais e paisagísticos, são os produtos e a gastronomia locais que se apresentam como propostas de valor mais significativas na tomada de decisão dos operadores económicos.

4. NOTA CONCLUSIVA

(i) identificação do foco temático para o território alvo

As constatações evidenciadas em termos, quer da execução e da reconfiguração dos projetos âncora, quer da trajetória económica setorial e territorial verificadas, evidenciam pertinência do Turismo enquanto foco temático da EEC Turismo para Todos. Com efeito, a trajetória associada à execução do Programa de Ação e a inscrição de novas intenções de investimento apontam de modo coerente para dar corpo aos objetivos estratégicos, enquadrados nas áreas temáticas definidas na Estratégia.

(ii) alinhamento entre projetos e resultados esperados

O programa contempla agora a realização de 23 projetos âncora e 376 projetos complementares, com montantes de investimento total de 22 003 363,59 e 211 465 954,19 euros, respetivamente.

Relativamente à “valorização do património natural e cultural” estão previstos 7 projetos âncora e 53 projetos complementares, com montantes de investimento total de, respetivamente, 7 302 524,02 e 21 863 531,97 euros. Para lá de contribuírem para o reforço da atratividade turística do Território, estes projetos deverão resultar diretamente num aumento do número de visitantes ao património intervencionado.

O tema do “Turismo de Natureza/náutico” prevê a execução de 7 projetos âncora e 157 projetos complementares, com montantes de investimento de, respetivamente, 7 302 519,70 e 12 016 9322,32 euros. Pela sua natureza, este é um tema em que a iniciativa privada assegura grande parte dos projetos propostos e que consubstancia a qualificação e reforço da oferta hoteleira nas suas diversas modalidades.

O tema da “Gastronomia e produtos locais” compreende 76 intenções de investimento de projetos complementares, com um investimento total de 18 225 470,34 euros. Estes projetos contribuirão, nomeadamente para o reforço da oferta gastronómica do Território, para além de permitirem escalar a fileira agroalimentar, no que à produção e comercialização diz respeito, assim como aproximar as cadeias de comercialização de produtos endógenos dentro e fora do território.

A promoção de projetos enquadrados no tema “Saúde e Bem Estar” compreende a materialização de 1 projeto âncora, com investimento de 4 238 734,98 euros e de 29 projetos complementares com um investimento potencial de 24 847 907,72 milhões de euros. Apesar do reduzido número de projetos, a especificidade da oferta que se pretende qualificar, nomeadamente a relacionada com os recursos termais e do desporto, prevê efeitos de complementaridade e de externalidade positivos.

A “promoção e animação territorial” abrange 1 projeto âncora, com investimento de 2 909 212,03 euros, constituído por 7 ações, e 61 projetos complementares, no montante de 26 359 721,84 euros. O projeto âncora caracteriza-se por ter um efeito transversal e ir ao encontro dos restantes temas

prioritários. As iniciativas de natureza público-privada complementares consubstanciam um esforço significativo na materialização de iniciativas de estruturação da oferta turística já existente e na promoção de novas iniciativas e eventos com capacidade de atração de novos públicos.

Em termos globais pode aferir-se que:

- O presente exercício de reprogramação resulta do reforço do apoio comunitário à Estratégia de 1 500 368,08 euros e o conseqüente reflexo em termos de reconfiguração dos projetos âncora, consubstanciada na alteração de 5 projetos âncora;
- Verifica-se um ligeiro aumento do efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (passou de 6,73 para 6,52), não pondo em causa a verificação do indicador contratualizado de 1,9, o que resulta de um aumento mais do proporcional de investimento público do que privado potencial;
- O facto de se registarem avisos que discriminaram positivamente o concurso de projetos complementares induziu uma nova centralidade à materialização de investimento privado desta EEC, verificando-se um aumento de 8,5% do investimento privado previsto, o que corresponde a mais de 11 milhões de euros de investimento.
- A reconfiguração dos projetos âncora e complementares consubstancia uma maior diversificação e distribuição do investimento pelas áreas de intervenção estratégicas, reforçando a coerência da Estratégia.

(iii) principais riscos e condicionantes na implementação da Estratégia e ações a desenvolver para os evitar e/ou superar

As incursões protagonizadas pelas entidades promotoras dos projetos âncora da estratégia “TURISMO PARA TODOS” revelam um grau de compromisso e de execução significativos, na medida em que apresentam uma taxa global de execução superior a 1/3 do compromisso e que a esmagadora maioria apresenta uma elevada maturidade no que aos procedimentos de contratação diz respeito.

No que respeita os projetos complementares os principais riscos que a Estratégia enfrenta são os inerentes à natureza das EEC PROVERE. Por um lado, estas estratégias envolvem um elevado número de protagonistas de natureza, escala e âmbito de atuação muito diversos. Por isso, a relação entre estes protagonistas envolve um risco não negligenciável de descoordenação, desarticulação e até conflito.

Por outro lado, do ponto de vista do estímulo público, as EEC PROVERE são estratégias cuja implementação remete para múltiplas e diferentes fontes de financiamento e, portanto, também com riscos de descoordenação e desarticulação entre financiadores que podem pôr em causa a concretização do programa de ação.

A experiência do período de programação anterior mostra que este segundo risco teve implicações significativas sobre o grau de execução do programa de ação. Isto foi particularmente relevante no

que respeita aos projetos complementares, uma vez que os apoios que efetivamente foram disponibilizados nem sempre corresponderam às expectativas dos promotores. A este nível, a capacidade de atuação da entidade líder e das restantes estruturas de governação do consórcio é limitada, circunscrevendo-se no essencial à promoção da articulação entre EEC PROVERE, PDCT e DLBC. Embora este tema já tenha sido tratado anteriormente, reafirma-se aqui que a CIM do Tâmega e Sousa e as entidades gestoras de DLBC neste território criaram as condições para que os projetos com mérito e tipologia adequada, incluídos no programa de ação do PROVERE, pudessem beneficiar do financiamento disponível ao abrigo daqueles mecanismos. A presença da CIM e dessas entidades na gestão do consórcio traduz o seu comprometimento com a execução do programa de ação proposto. Destaca-se neste contexto o recente lançamento dos Avisos Inovação Produtiva que direcionaram 75% da sua dotação para intenções de investimento enquadradas nas estratégias PROVERE da Região Norte. Esta condição registou a manifestação da intenção de 10 candidaturas, às quais foram emitidas declarações de enquadramento nesta EEC, para um investimento potencial global de 14,6 milhões de euros.

O *timing* em que a EEC foi submetida, pode condicionar a boa execução do Programa de Ação. Por um lado, a dotação disponível nos diversos programas operacionais é significativamente inferior à que seria expectável. Por outro, a pressão inerente à execução do presente quadro comunitário com horizonte 2020 reduz o espaço de preparação de novas candidaturas e, conseqüentemente, de oportunidades para os promotores de projetos complementares.

A redução drástica de dotação financeira verificada no atual quadro comunitário, no que se refere às DLBC, comparativamente ao quadro anterior, será igualmente um constrangimento, pois apesar da diversidade de tipologias de investimentos passíveis de serem apoiadas por este instrumento financeiro, a verdade é que os recursos financeiros alocados são manifestamente inferiores às manifestações de investimento já verificadas e inscritas no programa de ação.

Quanto ao primeiro risco, o da descoordenação entre os membros do consórcio, o mecanismo de prevenção e correção fundamental é a própria estrutura de governação proposta, bem como as ações que se propõe implementar e que foram já analisadas no ponto anterior. A nível da estrutura de governação, saliente-se que ela assegura o envolvimento de todos os consortes embora, por razões de operacionalidade, reserve a presença na Direção aos que são mais relevantes para a concretização dos elementos essenciais do programa de ação: CIM (e, por seu intermédio, todos os municípios) e entidades que geriram EEC PROVERE no período de programação anterior e entidades gestoras de DLBC. Para garantir o envolvimento dos restantes consortes, prevê, em relação ao período de programação anterior, a realização de um número acrescido de reuniões de dinamização e envolvimento dos consortes, nomeadamente para partilha de experiências e boas práticas, assim como melhorias nos canais de comunicação utilizados, beneficiando neste caso da grande evolução verificada na utilização de mecanismos de comunicação eletrónicos.

De salientar também que o contrato de consórcio previne um dos aspetos que no período de programação anterior afetaram a operacionalidade de muitas EEC PROVERE, ao prever um mecanismo para a desvinculação do consórcio dos promotores que não concretizem os projetos

constantes do programa de ação, sem que isso obrigue a nova redação e subscrição do contrato de consórcio.

Um risco manifesto verificado no período de programação anterior prendeu-se com o insuficiente grau de maturação de muitos projetos incluídos no programa de ação das EEC PROVERE, traduzido, mais tarde, numa elevada taxa de desistência. Aspeto que consideramos estar intimamente relacionado com o desfasamento temporal entre a data de preparação da EEC, e a publicitação da regulamentação e avisos de concurso